



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

RELATÓRIO FINAL

CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA DO FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MATO GROSSO

2024



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Composição de Membros:

Presidente	Deputado Thiago Silva	Deputado Estadual
Relator	Benedito Dias Pereira	Economista e Assessor Parlamentar
Secretária	Deise Arruda de Oliveira	Advogada e Assessora Parlamentar
Membro	Ademir Machado de Oliveira	Repres. da UNEMAT
Membro	Antonio Humberto de Oliveira	Repres. da ALMT
Membro	Bruno Rios	Ver. e Pres. da UCCMAT
Membro	Celso Paulo Banazeski	Secretário Adj. SEDEC
Membro	Keile Costa Pereira	Repres. SEPLAG
Membro	Patrícia Soares Duarte	Repres. SEPLAG
Membro	Maria Cristina de Carvalho	Repres. SEAF
Membro	Robson Marques	Repres. FAMATO
Membro	Ronaldo Vinha	Repres. FAMATO
Membro	Evaldo da Silva	Cons. Reg. Economia MT
Membro	Sheila Cristina Ferreira Leite	Repres. UFMT



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

INTRODUÇÃO

Como é de conhecimento difuso, a economia de Mato Grosso está muito distante de ser considerada analiticamente simples ou passível de ensejar entendimento ou cognição una. O seu mais acurado entendimento necessariamente mantém dependência com a lente ideológica que se usa. Uns a veem como ambiente próspero ou desenvolvido e, por conseguinte, desprovido de mazelas regionais, ambientais e sociais. Para outros, essa economia se marca pela coexistência não pacífica entre a modernização de determinados setores produtivos e acentuadas desigualdades ambientais e sociais, fertilizadas pelo incremento da pobreza relativa e absoluta de muitas pessoas e pelos baixos níveis de bem-estar em vários municípios. Apesar dessas discrepâncias de compreensão, os eixos analíticos deste Relatório acomodam-se, pressupõe-se, à percepção considerada mais realista.

Este Relatório contempla síntese de contribuições de profissionais de diversas instituições que participaram da Câmara Setorial Temática do Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento Regional instituída pelo Ato nº 040/2023/SSL/ALMT, de 14.08.2023, em virtude da aprovação do Requerimento nº 573/2023, de autoria do Deputado Thiago Alexandre Rodrigues da Silva. Essa Câmara tem como objetivos: discutir, avaliar, acompanhar e propor soluções afetas ao desenvolvimento regional do Estado de Mato Grosso, viabilizar parcerias e consórcios regionais para a elaboração de Projetos e Planos de Ações, reconhecer e valorizar a vocação econômica de cada Região de Mato Grosso.

Em paralelo, a Lei nº 11.519, de 06 de outubro de 2021, em anexo, cria o Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento Regional e dá outras providências. De acordo com essa Lei (Art. 1º), esse Fórum tem como objetivos: I- debater o desenvolvimento Regional dentro do Estado de Mato Grosso; II- viabilizar parcerias e consórcios regionais para a elaboração de projetos e planos de ações; III- reduzir as desigualdades regionais no Estado de Mato Grosso; IV- reconhecer e valorizar as vocações econômicas de cada região do Estado de Mato Grosso na elaboração de políticas públicas.

De acordo com o Art. 2º da Lei nº 11.519, de 06 de outubro de 2021, a Câmara Setorial Temática do Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento Regional, se compõe por representantes das seguintes instituições: I- Poder Executivo Estadual; II- Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Mato Grosso; III- Conselho Regional de Economia do Estado de Mato Grosso; IV- Associação Mato-grossense dos Municípios; V- Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos cujos temas tratados por essa Lei estejam entre seus objetivos institucionais; VI- Federação da Indústria do Estado de Mato Grosso; VII- Universidade Federal do Estado de Mato Grosso; VIII- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso; IX- União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso.

A Câmara Setorial Temática do Fórum Mato-grossense de Desenvolvimento Regional foi instalada em 25 de setembro de 2023. Com exceção dessa reunião de instalação, foram realizadas outras sete. As atas dessas reuniões estão anexas. Por sua vez, o Ato nº 049/2023/SSL/ALMT, em anexo, ratifica a Presidência do Deputado Thiago Silva e define Benedito Dias Pereira (Economista e Assessor



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Parlamentar) como relator da Câmara Setorial Temática, assim como os demais membros. A seguir resume-se o teor de cada das sete reuniões:

- a primeira, realizada em 13.11.2023, contemplou, inicialmente, a apresentação do Secretário Adjunto de Desenvolvimento Regional da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico do Governo de Mato Grosso (SEDEC/MT), Celso Paulo Banazesky, intitulada: “Pensando grande para os pequenos”, com eixo analítico centrado nos Consórcios de Desenvolvimento Econômico. Em seguida, o Economista Maurício Munhoz, então representando o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), abordou o Índice de Crescimento Sustentável dos Municípios (ICSM);
- a segunda, realizada em 22.02.2024, contou com a apresentação do pesquisador Álvaro Lucas do Amaral, que abordou os principais aportes teóricos sobre desenvolvimento regional em discussão no cenário regional e como a Câmara Setorial Temática pode se apropriar dessas diversas visões;
- a terceira, realizada em 14.03.2024, teve como convidada a técnica, Geórgia Carolina Capistrano da Costa, Coordenadora Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais da Superintendência do Centro-Oeste (SUDECO). Ela apontou alternativas para o desenvolvimento regional em Mato Grosso, especialmente, a adoção dos modelos nucleados nas “Cidades Intermediadoras”, que se constitui em programa governamental que elege as cidades médias como polos estratégicos de Desenvolvimento regional;
- na quarta, realizada em 21.03.2023, houve duas apresentações. A primeira, do economista Pedro Máximo, Gerente do Observatório Industrial da FIEMT, que externalizou os mais destacados indicadores das indústrias e agroindústrias de Mato Grosso. A segunda, do técnico Adoniram Magalhães, Superintendente de Programas de Incentivos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo de Mato Grosso (SEDEC/MT), que abordou o PRODEIC (Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso);
- na quinta, realizada em 11.04.2024, como na anterior, ocorreram duas apresentações. A primeira, do Superintendente de Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura Familiar do Governo de Mato Grosso (SEAF/MT), Luciano Gomes Ferreira, a segunda, do Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMPAER/MT: Glieber Henriques Beliene. Ambos enfatizaram as principais políticas em curso na SEAF voltadas para a agricultura familiar e como a assistência técnica e a extensão rural se entrelaçam e fortalecem as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar;



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

- a sexta, realizada em 25.04.2024, foi desenvolvida com a explanação do Superintendente de Inteligência de Mercado do IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária), vinculado à FAMATO: Rodrigo Matheus Silva, que, com foco na produção agropecuária das médias e grandes propriedades, abordou os “Marcos Históricos para a Logística em Mato Grosso”;
- a sétima, realizada em 16.05.2024, dispôs da apresentação do técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Mato Grosso (SEPLAG/MT), Rafael Albertoni Mazeto (economista e analista administrativo da SEPLAG), que detalhou as contribuições que o Índice de Condições e Qualidade de Vida de Mato Grosso (ICQV-MT), estimado pela SEPLAG, oferta para a formulação e a gestão das políticas públicas em Mato Grosso.

As apresentações de cada dessas sete reuniões contribuíram para as discussões sobre as características e perspectivas da economia de Mato Grosso. Elas foram significativas e úteis para o nivelamento e a apropriação de diversas informações e conhecimento acerca dessa economia. O teor deste Relatório, entretanto, não se limita estritamente aos conteúdos dessas apresentações, visto que análises adicionais se tornaram imprescindíveis para melhor entendimento dos muitos aspectos ou caracteres da complexa economia em discussão.

Este Relatório se divide em três partes. Na primeira, elabora-se resumo sobre a economia de Mato Grosso, realizada de forma integrada com sínteses sobre as apresentações dos convidados das reuniões da Câmara Setorial Temática. Na segunda, abordam-se categorias teóricas sobre industrialização, políticas industriais e desenvolvimento econômico. Na terceira, discorre-se sobre a industrialização em Mato Grosso e apontam-se focos prioritários para as políticas industriais e de inovação tecnológicas, ou seja, políticas inovativas, que podem ser formuladas em função das ofertas competitivas de matérias-primas ou insumos oriundos da sua produção agropecuária, dentre outras sugestões.

1. RESUMO SOBRE A ECONOMIA DE MATO GROSSO E SÍNTESE DAS APRESENTAÇÕES DOS CONVIDADOS DAS REUNIÕES DA CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA

Esta parte contempla estatísticas e outras informações sobre a economia de Mato Grosso, consideradas pertinentes para as finalidades deste Relatório. Por natural, esta seção estabelece relação dialógica com as demais partes do trabalho, dado que os dados e as análises realizadas visam contribuir para a uniformização do entendimento de uma realidade que pode ser considerada simultaneamente complexa e dinâmica, como facilmente se depreenderá à medida em que a leitura desse compartimento prosperar.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Em tempos mais remotos, mais especificamente, nos Séculos XVIII, XIX e XX, com seu eixo principal posicionado na economia extrativa e com estrutura fundiária que ainda hoje apresenta concentração incomum, na economia de Mato Grosso predominava a cana-de-açúcar, a erva-mate, a poaia e a borracha; por sua vez, atualmente, com o protagonismo de modernas, globalizadas e competitivas grandes organizações, detentoras de níveis tecnológicos extremamente elevados, essas unidades sequenciam produzindo número restrito de bens, como soja, algodão, milho e pecuária, com supremacia da soja.

Além disso, durante o transcurso do tempo, a economia agropastoril de Mato Grosso historicamente experiencia transparente interação entre tamanhos distintos de unidades produtivas, dado que nela se relacionam as pequenas unidades -geralmente nucleadas na força de trabalho familiar, que se pautam pela adoção de baixos níveis tecnológicos- e as grandes organizações competitivas.

Como ilustração, em uma das reuniões da Câmara Setorial Temática (11.04.2024) a agricultura familiar em Mato Grosso foi abordada por dois convidados. O Superintendente de Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura Familiar do Governo de Mato Grosso (SEAF/MT), Luciano Gomes Ferreira, e o Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMPAER/MT, Glieber Henriques Beliene, explicitaram as principais ações de serviços e entregas, notadamente de máquinas, equipamentos e mudas, voltadas para a agricultura familiar, assim como as assistências técnicas ora sendo direcionadas para essas unidades.

Em específico, dentre outras ações desenvolvidas pela SEAF/MT, Luciano Gomes Ferrera, como consta na ata da reunião, lembrou que agricultura familiar tem um papel fundamental de promover o desenvolvimento da cultura familiar em Mato Grosso. Para ele:

Nessa missão, nós temos como premissa os investimentos. São maquinários, equipamentos, mudas, ou seja, fomenta, a produção. Temos também trabalhos como a criação de um sistema integrado que visa informações por meio de microcomputadores, que contribuem para a definição estratégica e prioritárias das cadeias produtivas no Estado. Também enfatizou que o SEIAF (Sistema Estadual Integrado da Agricultura Familiar) teve adesão dos 141 municípios do estado e as Prefeituras terão que elaborar um plano municipal de agricultura familiar até 2025 com indicadores e um conselho municipal de agricultura.

Diante do exposto, depreende-se que a SEAF/MT vem ampliando substancialmente a oferta de máquinas e outros equipamentos para a agricultura familiar. Não obstante esses esforços, a maioria desses atores ainda não foram atingidos por essas ações estatais, dada a grande extensão territorial de Mato Grosso e o número expressivo de unidades familiares existentes. Por sua parte, Glieber Henriques Beliene, como se pode ler na ata da reunião de 11.04.2024, explicitou dados da EMPAER/MT com relação à caracterização do público assistido, às políticas e suas cadeias, e sobre a FUNDAAF (Fundo de Apoio à Agricultura Familiar), que está em fase de regulamentação para que sejam devidamente aplicadas de acordo com os andamentos pertinentes das prefeituras.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

É inquestionável que as ações ou atividades ora sendo empreendidas pela SEAF/MT e pela EMPAER/MT nos últimos anos devem ser analisadas como extremamente benéficas e meritórias. Contudo, como a quantidade de famílias que fazem parte desse conjunto em Mato Grosso é elevada (162.560 famílias), de acordo com a apresentação do Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da EMPAER, 70% desse universo são consideradas vulneráveis, portanto, desprovidas de tecnologias modernas e de regularização fundiária. Logo, nesse cenário, as famílias desse subconjunto se posicionam externas ao mercado formal de comercialização de bens e de aquisição de insumos.

Quanto à reunião realizada em 25.04.2024, teve como foco a grande unidade ou agricultura capitalista e a apresentação foi desenvolvida pelo Superintendente de Inteligência de Mercado do IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária), vinculado à FAMATO: Rodrigo Matheus Silva. Com fundamento nos “Marcos Históricos para a Logística em Mato Grosso”, ele discorreu sobre relevantes e estratégicos eixos viários disponíveis e em construção, sejam internos, sejam externos ao território de Mato Grosso. Esses eixos se constituem em vetores para a propulsão do crescimento dessa economia, porquanto naturalmente atuam para aumentar a competitividade das unidades agropastoris via redução dos custos de transportes das suas exportações.

O elogiável desempenho agropecuário da economia regional tem sido determinante para que o crescimento do PIB de Mato Grosso nos anos mais recentes seja mais expressivo que o incremento do PIB do Brasil, conforme pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto (preços correntes) e participação do PIB de Mato Grosso no PIB do Brasil (2003-2021)

	2003	2006	2009	2012	2015	2018	2021	Crescimento nominal do PIB de 2003 a 2021
Brasil (R\$ 1.000.000)	1.717.950	2.409.449	3.333.039	4.814.760	5.995.787	7.004.141	9.012.142	425%
Mato Grosso (R\$ 1.000.000)	26.697	30.700	52.693	79.665	107.418	137.442	233.390	774%
Participação do PIB de Mato Grosso no PIB do Brasil	1,55	1,27	1,58	1,65	1,79	1,96	2,59	

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 14.05.2024;

Verifica-se que, de 2003 a 2021, o PIB corrente ou nominal do Brasil expandiu aproximadamente **425%**, enquanto o de Mato Grosso cresceu em torno de **774%**. Em decorrência dessa acentuada diferença de crescimentos, o PIB dessa unidade federativa vem ampliando sua participação no PIB do país, como se nota na última linha da tabela. Esse percentual passa de 1,5% em 2003, para 2,59%, em 2021.

Contudo, embora muitos anos separem a embrionária economia extrativa e a corrente agropecuária moderna e globalizada, em grandes traços, em decorrência, sobretudo, da estrutura fundiária altamente concentrada e da longevidade da predominância de número reduzido de produtos agropastoris,



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

identificam-se nítidos e generalizados indicadores de desigualdade regional e social, espalhados na economia de Mato Grosso.

Uma perspectiva da desigualdade regional pode ser lida na tabela 2. Nessa tabela constam os dez maiores e os dez menores PIBs do conjunto dos municípios de Mato Grosso, assim como a participação do total do PIB de cada desses dois conjuntos no PIB de Mato Grosso em 2021.

Tabela 2: Dez maiores e dez menores PIBs dos municípios de Mato Grosso em 2021 (R\$ 1.000,00) e outros indicadores

Dez maiores PIBs dos municípios de MT (R\$ 1.000,00)		Dez menores PIBs dos municípios de MT (R\$ 1.000,00)	
Cuiabá	29.746.934	Porto Estrela	83.561
Rondonópolis	17.295.644	Vale de São Domingos	77.155
Sorriso	12.522.633	Serra Nova Dourada	74.485
Várzea Grande	9.916.991	São Pedro da Cipa	69.288
Sinop	9.623.877	São José do Povo	58.964
Sapezal	6.978.731	Novo Santo Antônio	56.651
Primavera do Leste	6.965.242	Reserva do Cabaçal	47.466
Campo Novo do Parecis	6.910.453	Luciara	41.177
Lucas do Rio Verde	6.891.564	Ponte Branca	31.235
Nova Mutum	6.036.784	Araguainha	28.039
Total	112.888.853	Total	568.021
PIB de Mato Grosso (R\$ 1.000,00): 233.390.203			
Participação dos dez maiores PIBs dos municípios no PIB de Mato Grosso	48,37%	Participação dos dez menores PIBs dos municípios no PIB de Mato Grosso	0,24%

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 14.05.2024;

Como se nota, a diferença entre as participações dos dois conjuntos de PIBs dos municípios no PIB do Estado, é significativa. Enquanto o conjunto dos dez mais expressivos PIBs municipais responde por quase a metade do PIB de Mato Grosso (48,37%), o conjunto dos dez menores representa parcela que pode ser considerada ínfima ou residual (0,24%). A discrepância entre esses dois percentuais exterioriza e desnuda a dimensão da desigualdade regional em Mato Grosso.

Em sequência, as estatísticas da tabela 3 exibem dois objetivos: explicitar o incremento da participação da Agropecuária na formação do PIB de Mato Grosso e realçar que a produção dos bens de origem agropecuária responde por parcela bem maior que a parcela da produção dos bens de origem industrial na formação do valor adicionado bruto da economia de Mato Grosso ao longo dos anos mais recentes (2003 a 2021).



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Tabela 3 – Participação do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária e da Indústria no Valor Adicionado Bruto Total de Mato Grosso (preços correntes) (2003-2021) (%)

	2003	2006	2009	2012	2015	2018	2021
Agropecuária (%)	29,49	15,69	21,34	24,74	19,8	20,93	37,98
Indústria (%)	15,42	16,9	15,38	15,71	17,55	15,81	15,3

Fonte: ibge.gov.br, acesso em 14.05.2024;

As estatísticas da tabela 3 indicam que a participação do valor adicionado da Indústria no valor adicionado bruto da economia de Mato Grosso pode ser considerada constante ou estável se se contrastam os valores relativos aos dois anos extremos: 2003 e 2021, posto que, em 2021, esse percentual (15,3%) se aproxima do percentual relativo a 2003 (15,42%). De modo diferente, comparando-se os dois anos extremos, os dados da tabela 3 revelam que a Agropecuária vem respondendo por parcela ascendente do valor adicionado bruto da economia de Mato Grosso.

Em síntese, a economia de Mato Grosso ainda experimenta baixos níveis de industrialização e se sustenta predominantemente na produção de bens de origem agropecuária, especialmente a soja e o algodão herbáceo, voltados em supremacia para a exportação, notadamente a soja; por conseguinte, ela se apresenta majoritariamente como primário-exportadora, ostentando nítido desafio ao longo do tempo à diversificação dos segmentos que formam sua base produtiva.

A propósito, em uma das reuniões da Câmara Setorial Temática, realizada em 21.03.2023, o economista Pedro Máximo, Gerente do Observatório Industrial da FIEMT, como se observa na ata dessa reunião, divulgou oportunos indicadores sobre as indústrias e agroindústrias de Mato Grosso e teceu importantes comentários sobre o ambiente industrial no Estado, como o seguinte: “Com o crescimento populacional em todo o mundo, há necessidade de o Estado assumir o protagonismo na produção e nas transformações dos produtos agrícolas e da pecuária em industriais”.

Além disso, para Máximo: “O Estado de Mato Grosso não é somente agro, mas também agroindústria”. Ele ainda pontuou que “Tanto as indústrias, quanto a agropecuária, foram responsáveis pela formação do Produto Interno Bruto de Mato Grosso em R\$ 233 bilhões” e que: “Em Mato Grosso existem 12.426 estabelecimentos industriais e 2.653 agroindustriais. Do total de números das indústrias, 21% são agroindustriais. Mas segundo ele, o maior desafio é o seguinte: “Mato Grosso tem maior taxa de crescimento, tem uma baixa densidade populacional e um amplo território. Essas combinações fazem com que o Estado tenha uma das menores taxas de desemprego do Brasil”.

Com a finalidade de se caminhar em busca de mais detalhes sobre a economia de Mato Grosso, a tabela 4 indica a área plantada com algodão herbáceo e soja em 2022, distribuídos pelos dez municípios mais representativos na soma da área plantada desses dois bens.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Tabela 4: Dez municípios com maiores somas das áreas plantadas de algodão herbáceo e soja: Mato Grosso

Municípios com as dez maiores áreas plantadas com algodão herbáceo e soja	Área plantada total (ha)	Área plantada com algodão herbáceo (ha)	Área plantada com soja (ha)	Área plantada com algodão herbáceo e soja (ha)	Participação na área plantada com algodão herbáceo e soja na área plantada total em Mato Grosso
Sorriso	1.217.301	60.413	598.500	658.913	5,44%
Sapezal	761.889	208.549	385.614	594.163	4,90%
Campo Novo do Parecis	821.622	127.512	387.800	515.312	4,25%
Diamantino	759.947	69.690	389.940	459.630	3,79%
Nova Mutum	741.321	30.546	397.000	427.546	3,53%
Nova Ubiratã	782.323	24.591	390.000	414.591	3,42%
Querência	546.570	14.000	375.000	389.000	3,21%
Primavera do Leste	524.863	43.300	280.000	323.300	2,67%
Campo Verde	420.240	76.000	237.400	313.400	2,59%
Canarana	470.155	15.000	290.000	305.000	2,52%
Total dos dez maiores municípios	7.046.231	669.601	3.731.254	4.400.855	36,32%
Total em Mato Grosso	19.125.237	1.192.260	10.925.226	12.117.486	63,36%

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 16.05.2024;

Dentre outras informações, lê-se na tabela 4 que a área plantada dos dez municípios mais destacados na soma da área plantada com algodão herbáceo e soja (4.400.855 ha) responde por mais que 36% da área plantada com esses dois bens no Estado (12.117.486 ha). Por sua vez, como se nota na última linha da tabela, a soma da área plantada com algodão herbáceo e soja em Mato Grosso (12.117.486 ha) é responsável por mais que 63% da área plantada no Estado (19.125.237 ha) [Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 16.05.2024].

Uma vez abordados esses assuntos, é desejável se comparar parte dos dados que constam da tabela 2, especificamente, os dez PIBs mais representativos dos municípios de Mato Grosso, com o conjunto dos dez municípios que exibem as maiores soma das áreas plantadas com algodão herbáceo e soja (tabela 4). Por natural, se esses dois conjuntos exibirem número elevado de elementos em comum (conjunto interseção), pode-se inferir que a produção de soja e de algodão herbáceo responde de maneira dominante pela formação do PIB de Mato Grosso.

Essa inferência, como se presume, é nitidamente simples e óbvia, porquanto meramente reforça que a produção de algodão e soja contribuem de maneira dominante para a formação do PIB da economia de Mato Grosso. Constata-se que Sorriso, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Nova Mutum e Primavera do



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Leste fazem parte dos dois conjuntos, ou seja, eles fazem parte do conjunto dos dez PIBs municipais mais representativos (tabela 2), assim como do conjunto dos dez municípios com áreas plantadas com algodão herbáceo e soja mais destacadas (tabela 4).

Uma vez mais: a simplicidade dessa inferência se justifica pela ratificação da importância desses dois bens para a formação do PIB da economia de Mato Grosso. Além disso, embora não façam parte da tabela 4, por não estarem posicionados entre os dez primeiros, municípios como Rondonópolis, Lucas do Rio Verde e Sinop exibem áreas elevadas com o cultivo de algodão herbáceo e soja, diferentemente de Cuiabá e Várzea Grande, que, conquanto sejam extremamente importantes para a formação do PIB, são praticamente inexpressivos no cultivo de algodão herbáceo e soja.

Em função da importância analítica que será posteriormente explicitada, a tabela 5 apresenta indicadores sobre os maiores municípios com área plantada com algodão herbáceo em Mato Grosso em 2022, além de outras estatísticas.

Tabela 5: Dez maiores municípios com área plantada de algodão herbáceo e participação de cada município e do conjunto dos dez municípios no total da área plantada com algodão herbáceo em Mato Grosso (ha) (2022)

Dez municípios com maiores área plantadas com algodão herbáceo em Mato Grosso	Área plantada com algodão herbáceo (ha)	Participação na área plantada dos dez maiores municípios na área plantada em Mato Grosso (algodão herbáceo)
Sapezal	208.549	17,49%
Campo Novo do Parecis	127.512	10,69%
Campo Verde	76.000	6,37%
Diamantino	69.690	5,85%
Sorriso	60.413	5,07%
Campos de Júlio	56.124	4,71%
Lucas do Rio Verde	55.176	4,63%
Tapurah	43.835	3,68%
Primavera do Leste	43.300	3,63%
São José do Rio Claro	30.986	2,60%
Total dos dez municípios com maiores áreas plantadas com algodão herbáceo	771.585	64,72%
Total da área plantada com algodão herbáceo em Mato Grosso	1.192.260	

Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 16.05.2024

Observa-se na tabela 5 a supremacia dos municípios de Sorriso e de Campo Novo dos Parecis no cultivo de algodão herbáceo em Mato Grosso em 2022, assim como a significativa participação (64,72%) das áreas plantadas no conjunto dos dez municípios na área plantada com algodão herbáceo em Mato Grosso.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Como é natural, as desigualdades regionais que se manifestam em Mato Grosso na escala municipal também se manifestam entre as doze regiões homogêneas. Os dados da tabela 6 ilustram essas informações, visto que os valores mais significativos do PIB se situam em três regiões: Centro, Sudeste e Sul. Os municípios com os valores mais representativos do PIB em cada dessas regiões, respectivamente, são: Sorriso, Rondonópolis e Cuiabá.

Tabela 6: Quantidade de municípios, PIB e participação do PIB da Região Homogênea no PIB de Mato Grosso: 2020

Região Homogênea	Quantidade de municípios	PIB (R\$ 1.000,00)	Participação do PIB da Região no PIB de Mato Grosso (%)
CENTRO	7	23.694.420	13
CENTRO-NORTE	9	14.663.617	8
CENTRO-OESTE	7	6.133.134	3
LESTE	17	11.876.455	7
NORDESTE	13	5.272.621	3
NOROESTE I	7	3.970.468	2
NOROESTE II	4	2.908.788	2
NORTE	15	8.949.261	5
OESTE	8	13.150.580	7
SUDESTE	19	33.615.883	19
SUDOESTE	22	14.680.589	8
SUL	13	39.733.752	22
Total	141	178.649.568	100

Fonte: ibge.gov.br, acesso em 16.05.2024;

Ademais, em paralelo às contribuições do cultivo e da produção de algodão herbáceo e de soja para a formação do PIB da economia de Mato Grosso, não se deve esquecer que a pecuária também exerce papel importante na agropecuária do Estado, considerando que é a unidade federativa com maior rebanho bovino do país. As estatísticas da tabela 7 confirmam esses esclarecimentos.

Tabela 7: População bovina: Mato Grosso: 2000-2022

Ano	População bovina em Mato Grosso	Taxa de crescimento da população bovina em Mato Grosso entre 2000 e 2022	Participação da população bovina de Mato Grosso na do Brasil em 2022
2000	18.924.532	80,96%	14,61%
2003	24.613.718		
2006	26.064.332		
2009	27.357.089		
2012	28.740.802		
2015	29.364.042		
2018	30.199.598		



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

2021	32.424.958		
2022	34.246.313		

Fonte: ibge.gov.br, acesso em 16.05.2024;

Como se verifica na tabela 7, entre 2000 e 2023, a população bovina em Mato Grosso ascendeu quase 81% e, em 2022, a população bovina de Mato Grosso representa quase 15% da população bovina nacional. Em complemento, com a finalidade de se adicionar maior detalhamento aos dados da tabela 7, na tabela 8 anotam-se os dez municípios de Mato Grosso com os maiores rebanhos bovinos.

Tabela 8: Dez municípios com os maiores rebanhos bovinos e participação do município e dos dez municípios no total da população bovina de Mato Grosso (2022)

Dez municípios com maiores rebanhos bovinos	População Bovina	Participação de cada município e dos dez maiores na população bovina de Mato Grosso
Cáceres	1.274.041	3,72%
Vila Bela da Santíssima Trindade	1.127.314	3,29%
Juara	1.002.350	2,93%
Juína	902.560	2,64%
Alta Floresta	839.471	2,45%
Colniza	829.848	2,42%
Vila Rica	713.922	2,08%
Pontes e Lacerda	684.478	2,00%
Nova Bandeirantes	652.108	1,90%
Porto Esperidião	631.541	1,84%
Total dos dez maiores rebanhos municipais	8.657.633	25,28%
População Bovina de Mato Grosso	34.246.313	

Fonte: ibge.gov.br, acesso em 16.05.2024;

Observa-se na tabela a proeminência de Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade na pecuária bovina em Mato Grosso, além disso, verifica-se que esse conjunto de dez municípios responde por aproximadamente um quarto do rebanho do Estado, em 2022.

Como pode se deduzir, a economia agropecuária de Mato Grosso abriga conjunto de dinâmicas organizações que protagonizam inserção competitiva no cenário internacional, dado que grande parte da produção dos bens agropecuários produzidos são direcionados à exportação. Entretanto, não se deve esquecer que grande número de pequenas unidades também faz parte da estrutura produtiva agropastoril interna, conhecidas na literatura como agricultura familiar, em geral, produtoras dos principais alimentos



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

humanos; portanto, a economia de Mato Grosso, historicamente, se constitui em organismo onde a agricultura capitalista interage com a agricultura familiar.

A contínua expansão da produção agropecuária em Mato Grosso deve ser compreendida como resultante de dois fenômenos. O primeiro, originado no final do Século XX, contribuiu para o incremento da produção agropecuária através da incorporação de fronteiras agrícolas, ou seja, adicionando-se novas áreas à produção. Esse movimento, em grande parte, foi financiado com generosos recursos públicos, fertilizados por financiamento com longos períodos de amortização e taxa de juros altamente subsidiadas. Programas como o PIN (Programa de Integração Nacional), PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste), POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e POLAMAZÔNIA (Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia) são exemplos de fontes de financiamento da expansão da fronteira agrícola. Esses Programas contribuíram significativamente para a capitalização e a expansão dos latifúndios em Mato Grosso, vetores dos deslocamentos da fronteira agrícola.

O segundo fenômeno propulsor da produção agropastoril, mais claramente a partir do limiar do Século XXI, se explana na inovação tecnológica, substrato da modernização dos processos produtivos regionais. Embora ainda coexistindo com o deslocamento da fronteira agrícola, o progresso técnico atualmente se sobrepõe àquela. A modernização da agropecuária se materializa por intermédio de inovações mecânicas, físico-químicas, biológicas, organizacionais, etc., que implicam em aumento substancial da produtividade dos fatores de produção da função de produção de cada firma.

Assim sendo, pode-se inferir que a agropecuária de Mato Grosso se moderniza de maneira incomum, contudo, posicionada em estrutura fundiária extremamente concentrada, isto é, majoritariamente habitada por latifúndios, vivificadas por empresas capitalistas dinâmicas e produtoras de bens dotados de alto valor comercial e comercializados predominantemente no mercado externo.

Mas, qual é uma das principais consequências da presença dessa estrutura fundiária altamente concentrada para a economia de Mato Grosso? A história do modo de produção capitalista nos tem ensinado que a estrutura fundiária condiciona grande parte dos indicadores e do desempenho socioeconômico de qualquer região. Em sintonia com esse entendimento, para Ramos (2001, 143):

A contribuição de Prebisch e seus colegas cepalinos destacou que a estrutura fundiária concentrada nos países latino-americanos e caribenhos era um obstáculo ao desenvolvimento, pois restringia o mercado interno e perpetuava o dualismo da estrutura econômica de tais países.

Diante desses fatos, em paralelo à reduzida população humana, dentre outras inferências, verifica-se que as características da estrutura fundiária regional também contribuem sobremaneira para que o mercado interno tenha extensão contraída. Destarte, essa baixa extensão se pauta como marca indissociável da economia de Mato Grosso até os dias de hoje. O fato dela se posicionar estrategicamente como uma das principais exportadoras do país, reforça essa ilação, dado que a maior parte da produção interna é comercializada nos mercados internacionais.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Diversos dos caracteres da economia de Mato Grosso podem ser identificados e mensurados por intermédio dos dois índices abordados em duas das apresentações nas reuniões da Câmara Setorial Temática. Na reunião de 13.11.2023, o economista Maurício Munhoz versou sobre o Índice de Crescimento Sustentável dos Municípios (ICSM). A leitura da ata dessa reunião revela que:

O **ICSM** apura condições ambientais dos municípios e busca compreender as raízes da pobreza, através do acompanhamento do perfil do PIB municipal e percentual das famílias que são beneficiadas pelo programa “Bolsa Família”. O **ICSM** traça um perfil da economia municipal, apresentando as principais atividades já existentes e as que estão em vias de ser mais bem exploradas. Com isso, quando uma empresa quiser instalar um frigorífico de peixes, por exemplo, o governo pode estimulá-la a se instalar em um dos municípios que já tenha o potencial para fornecimento da matéria prima e, para fomentar o equilíbrio, preferencialmente nos municípios com menor dinamismo econômico.

Quanto ao outro índice, na reunião de 16.05.2024, o técnico da Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo de Mato Grosso (SEPLAG/MT), Rafael Albertoni Mazeto (economista e analista administrativo), dissertou sobre as contribuições que o Índice de Condições e Qualidade de Vida de Mato Grosso (ICQV-MT) proporciona para o detalhamento e para a orientação das políticas públicas em Mato Grosso.

O ICQV-MT se decompõe em quatro dimensões (Econômica, Educação, Saúde e Segurança). Cada uma dessas dimensões, por seu turno, se subdivide em diversas variáveis, devidamente ponderadas no modelo. Como se verifica na ata da reunião, o técnico da SEPLAG/MT afirma que o ICQV se constitui em estudo importante sobre a situação de desenvolvimento socioeconômico de cada um dos 142 municípios de Mato Grosso, com dados atualizados e detalhados. Para ele:

Quando analisamos os resultados, de fato, percebemos que Mato Grosso é um estado rico, mas quando observamos onde está concentrada a riqueza, nós percebemos que as regiões de fronteira, localizadas nas bordas do estado, são regiões mais vulneráveis economicamente. Isso mostra que precisamos refletir sobre quais são as estratégias para diminuir essas fragilidades e melhorar a dinâmica econômica nesses locais.

Pondera-se que, em termos de foco territorial, a apresentação do economista Rafael Albertoni Mazeto centrou-se nas doze regiões homogêneas de Mato Grosso. Essa abordagem, contudo, difere da adotada pelo Secretário Adjunto de Desenvolvimento Regional (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico do Governo de Mato Grosso) na reunião 13.11.2023. Ao discorrer acerca do tema: “Pensando grande para os pequenos”, o Secretário Adjunto Celso Paulo Banazesky situa sua linha mestra de raciocínios nos Consórcios de Desenvolvimento Econômico.

Eventuais diferenças entre esses dois enfoques territoriais são nitidamente fictícias quando se considera a extensão territorial de Mato Grosso, posto que, de acordo com Perroux (1967), existem três conceitos distintos de espaços econômicos: espaço de planejamento, espaço polarizado e espaço homogêneo. Esses três espaços, entretanto, ratificando-se: são espaços econômicos. A opção por um ou outro recorte territorial depende do fim que se deseja alcançar, assim, embora haja divergências



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

territoriais no ambiente interno, essas discrepâncias naturalmente desaparecem quando se reporta à extensão territorial do Estado, que, naturalmente, é una.

Entretanto, mais importante que essa inconformidade entre esses dois recortes territoriais no ambiente interno é se apreender a importância de cada das duas contribuições, dado que o projeto em curso “Pensando grande para os pequenos”, com eixo analítico nucleado nos Consórcios de Desenvolvimento Econômico, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo de Mato Grosso, se apoia em arranjo institucional há vários anos em curso e, essencialmente, procura fortalecer os menores municípios por intermédio da adoção de modelo que considera ações municipais coletivas, calcadas na soma dos interesses e das necessidades comuns a vários entes.

Ainda sobre esse assunto, reforça-se que as assimetrias do pacto federativo nacional, que fragilizam e pauperizam muitos municípios, necessariamente pressionam por mais ações e estratégias como essa, voltadas para o fortalecimento dos arranjos institucionais em dimensão que alberga conjunto de municípios. Dessa forma, as divergências de recortes territoriais internas devem ser secundadas a favor das contribuições mais relevantes de cada recorte, pois, como comenta Clemente (2000, p. 13): “Os espaços econômicos são espaços abstratos constituídos por relações de natureza econômica, como produção, consumo, tributação, investimentos, exportação, importação e migração”.

Ainda sobre as apresentações, a reunião de 22.02.2024 contou com a participação do pesquisador: Álvaro Lucas do Amaral, que contextualizou o desenvolvimento regional em Mato Grosso nos últimos anos e discorreu sobre os principais aportes teóricos sobre esse processo em discussão no cenário nacional. Uma rica extração da apresentação desse pensador contempla que, dentre os múltiplos recortes territoriais sobre os quais as análises e os modelos de desenvolvimento regionais podem adotar, deve-se priorizar os recortes como menores extensões, como os municipais. Em alinhamento com essa interpretação, para Amaral (2005, p. 23):

O desenvolvimento regional sustentado é o resultado do esforço organizado de toda a sociedade e, não sendo produto de um planejamento efetuado pelo estado central ou pelo processo de globalização, existe a necessidade de reinventar a gestão pública, incorporando a ela a visão de longo prazo, a introdução de uma cultura de inovação empresarial, tecnológica e de cooperação institucional.

Em paralelo com essa discussão, a apresentação realizada na reunião de 14.03.2024, pela Coordenadora Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais da Superintendência do Centro-Oeste (SUDECO), Geórgia Carolina Capistrano da Costa, foi extremamente ilustrativa e sinalizadora de novos rumos nas questões afetas ao desenvolvimento regional, visto que apontou alternativas logicamente aplicáveis em Mato Grosso, nucleadas nas “Cidades Intermediadoras”, programa governamental que define as cidades médias como polos estratégicos de Desenvolvimento regional.

Como se lê na ata da reunião, o programa “Cidades Intermediadoras” exhibe como principais finalidades a universalização do acesso ao saneamento básico e à educação, o incentivo à inovação tecnológica e a busca do desenvolvimento sustentável, dentre outras. Com esse elenco de objetivos, a técnica da SUDECO afirma que o programa contribui para a redução das desigualdades regionais e



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

consolida uma rede policêntrica de cidades. Ela ainda ressaltou que a implementação desse programa exige ação coordenada de diversos atores, dentre os quais: o Ministério do Planejamento e de Orçamento e o Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional, além, naturalmente, das instituições locais.

Por fim, na reunião de 21.03.2024, também houve a apresentação sobre o PRODEIC (Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso), a principal ferramenta de incentivo à industrialização em Mato Grosso, realizada pelo técnico Adoniram Magalhães (Superintendente de Programas de Incentivos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC/MT)). Conforme se observa na ata dessa reunião, para Magalhães:

O programa incentiva 22 submódulos como, por exemplo, nas atividades que envolvem a produções de madeiras, confecções e minerações. Vale destacar que antes do atual governo, os incentivos não eram isonômicos, mas hoje é. Todos estão envolvidos em todos os critérios para receberem os incentivos. As leis para isso são claras e objetivas. Por isso a adesão de crescimento, com a facilidade de acesso online, saiu em 2019 de 257 para 1.246 no ano de 2023. Com isso houve crescimento do PRODEIC, fruto favorável à industrialização em Mato Grosso.

Magalhães ainda comenta:

Os investimentos anuais das indústrias beneficiadas com incentivos fiscais no ano de 2022 somaram a quantia de R\$ 7,155 bilhões. O setor foi responsável pelo emprego direto de 69.203 trabalhadores. Nesse ano, o faturamento total foi da ordem de R\$ 58,2 bilhões. Nos últimos três anos, a soma da renúncia fiscal resultou em R\$ 12.387.229.244,71 enquanto os investimentos atingiram R\$ 40.749.944.980,85, ou seja, diante desse recorte analisado, a cada R\$ 1,00 que o Estado renunciou, houve o investimento de R\$ 3,28.

Uma vez abordados esses assuntos e continuamente se reportando às principais características da economia de Mato Grosso, discorrer-se-á sobre a industrialização dessa economia, assim como acerca dos temas que intrinsecamente dialogam com essa categoria. Antes dessas discussões, todavia, na próxima parte inserem-se elementos teóricos que fundamentam a industrialização, as políticas industriais e o desenvolvimento econômico.

2. ELEMENTOS TEÓRICOS SOBRE INDUSTRIALIZAÇÃO, POLÍTICAS INDUSTRIAIS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Existem diversas abordagens ou visões teóricas sobre política industrial, em especial, associando-a ao desenvolvimento. Pode-se escolher um ou mais dos múltiplos caminhos teóricos disponíveis. Uma vez tomada essa decisão, os próprios eixos do modelo naturalmente se encarregam de fazer a integração entre as políticas públicas e o desenvolvimento econômico.

Com adoção de compreensão relativamente ampla, de acordo com Ferraz, Paula e Kupfer (2002, p. 545), materializada em leis, regulações, órgãos, planos de desenvolvimento e declarações governamentais, a política industrial:



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Deve ser entendida como o conjunto de incentivos e regulações associadas a ações públicas, que podem afetar a alocação inter e intra-industrial de recursos, influenciando a estrutura produtiva e patrimonial, assim como a conduta e o desempenho dos agentes econômicos em um determinado espaço nacional.

À luz dessa cognição, é necessário se abordar como as políticas industriais se concretizam no cotidiano das empresas. Para tanto, escolhe(m)-se o(s) método(s) nos quais elas se expressam. Em seguida, as políticas industriais se exprimem em instrumentos horizontais e/ou os verticais. Enquanto aqueles exibem alcance geral, esses se direcionam para fomentar indústrias, determinadas cadeias produtivas ou conjunto bem-definido de empresas. Logo, é imediato se deduzir que as políticas verticais são seletivas, dado que focam específicos setores ou atividades econômicas (FERRAZ, PAULA e KUPFER, 2002, p. 559).

As políticas industriais horizontais, cujos incentivos públicos são neutros em relação aos seus receptores, se exemplificam pela manutenção de um ambiente de crescimento com estabilidade de preços, pela instauração de contexto tributário eficiente sob a ótica da alocação dos recursos, do aprimoramento e criação de infra-estrutura física (como energia, transportes e comunicações), na melhoria significativa dos padrões educacionais em sentido amplo (educação básica, média e superior e qualificação de mão de obra, incluindo treinamento técnico e inclusão digital), além da necessidade de coordenação institucional (NASSIF, 2003, p. 87).

Por outro lado, como privilegiam deliberadamente indústria ou cadeia produtiva específica e visam modificar as regras de alocação dos recursos entre os setores, as políticas industriais verticais são denominadas de seletivas ou de *targeting*. Todavia, os resultados que advém das escolhas dos setores, indústrias ou cadeias produtivas, em geral, são afetados por vários riscos e/ou incertezas (FERRAZ, PAULA e KUPFER, 2002, p. 560).

Desse modo, as escolhas dos alvos ou focos das políticas industriais verticais devem ser realizadas com adoção de critérios bem definidos e, preferencialmente, dependentes das características da economia envolvida. Em determinados casos, essa decisão pode ser orientada pelas vantagens comparativas ou pelos setores com maior potencial para ampliar as exportações e/ou a competitividade (NASSIF, 2003, p. 89). Em outros casos, essas escolhas podem priorizar as indústrias com maior valor agregado, dado que uma maior proporção de trabalhadores alocados nessas atividades resultaria em maior renda per capita. Pode-se ainda preferir indústrias com grande poder de encadeamento, porquanto, nessas circunstâncias, tem-se grande efeito multiplicador ao longo da cadeia produtiva (“para a frente” e “para trás”) (FERRAZ, PAULA e KUPFER, 2002, p. 560).

É pertinente se relembrar que, desde os primeiros passos da Economia como ciência, liderados pelos pensadores da Escola Clássica no Século XVIII, como Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), se propaga que o alcance do desenvolvimento socioeconômico necessariamente passa pela industrialização. Georg F. List (1789-1846), notável pensador alemão, também foi uma voz importante dessa crença.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

A propósito, Suzigan e Furtado (2006, p. 175) sintetizam com maestria a relação causal entre política industrial e desenvolvimento econômico:

Pode-se dizer que política industrial não é meramente uma política para a indústria, mas uma política de estruturação, reestruturação, aprimoramento, e desenvolvimento das atividades econômicas e do processo de geração de riquezas. E se a indústria é o fulcro da política, isso se deve a sua capacidade de irradiar efeitos sobre o sistema econômico.

Em suma, com suporte nas políticas industriais, o desenvolvimento socioeconômico deve inexoravelmente ser compreendido como categoria que transcende o simples incremento da quantidade produzida, por consequência, elas contribuem para disseminar ou propagar os resultados do crescimento econômico, como geração de renda e emprego para a maior parte das regiões e das pessoas que conformam o tecido social (SOUZA, 1997, p. 93).

De maneira natural, com o passar dos tempos e a gradual incorporação de novas categorias nos modelos e nos construtos centrados na Escola Clássica, a discussão sobre desenvolvimento adquiriu modernas roupagens e, por conseguinte, maior consistência analítica, sobretudo, com a inserção de temas que versam sobre desenvolvimento sustentável. Desse modo, com as lentes teóricas ampliadas em relação às contribuições primeiras desse paradigma, emergiram prismas ou perspectivas mais acuradas, notadamente, as envolventes das dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Após os aportes sobre a Escola Clássica, houve a emergência da Escola Neoclássica, que se constitui na doutrina teórica ora dominante e que substitui aquela como ideário das premissas do neoliberalismo econômico. Essa doutrina nos ensina que o estado natural da economia é o equilíbrio com pleno emprego e viabilizador do ótimo de Pareto (condição em que a maior eficiência possível é estabelecida através da alocação dos recursos), onde inexistem falhas de mercado.

Com adoção de análises ahistóricas, dentre suas principais hipóteses, a Escola Neoclássica considera que todos os mercados se equilibram e como não contempla a existência de classes sociais, suas análises naturalmente não incorporam os conflitos insertos na sociedade que analisa. Porém, da mesma maneira que a Escola Clássica, a vertente emergente também pressupõe que os agentes econômicos exibem plena ou completa racionalidade.

Entrementes, se, por quaisquer motivos, a economia não estiver no equilíbrio ótimo, a política industrial deve atuar exclusivamente em busca da correção das falhas de mercado, que se manifestam através de bens públicos, externalidades, assimetria de informações e incertezas. Segundo essa perspectiva, é extremamente importante se levar em consideração que: “ a Política Industrial seria meramente reativa e restrita, especificamente direcionada a remediar as imperfeições de mercado, e de natureza horizontal, isto é, não seletiva em relação a setores ou atividades” (SUZIGAN, FURTADO, 2006, p. 164). Dessa maneira, infere-se que as políticas industriais verticais (seletivas) não fazem parte das alternativas desse paradigma.

As principais ferramentas das políticas econômicas da Escola Neoclássica se apoiam principalmente na taxa de câmbio, que deve ser calibrada para incentivar as exportações, além da taxa de



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

juros, por seu tuno, dimensionada para estimular os investimentos. Contudo, essas duas ferramentas se instrumentalizam fora do alcance de um ente subnacional, pois são políticas disponíveis e restritas à União.

Por conseguinte, em função desses argumentos e como essas políticas econômicas se inserem naturalmente no campo de atuação da Macroeconomia e não das políticas industriais *lato sensu*, depreende-se que inexistem políticas industriais na Escola Neoclássica. Para essa doutrina, o mercado logicamente se encarrega de promover as alocações dos recursos, por intermédio da correção das falhas de mercado.

Após essa síntese sobre a Escola Neoclássica, tem-se a *ótica desenvolvimentista*, cujos eixos teóricos dialogam explicitamente com a Escola Clássica. Esse novo modelo contempla três importantes fatores: o contexto específico, o tempo histórico e o cenário internacional. Assim, não é difícil se deduzir que essa linha analítica estabelece estreita relação com o estágio das forças produtivas, com as particularidades da economia e com as características da sua inserção internacional e, dessa maneira, pode ser materializada não somente por instrumentos exclusivos da união, mas também por outras medidas ou ferramentas que podem ser manuseadas pelos entes subnacionais. Ainda: essa lente teórica elege o Estado como organização estratégica e protagonista do desenvolvimento regional, e não corretiva, como concebe a versão difundida pela Escola Neoclássica (FERRAZ, PAULA e KUPFER, 2002, p. 548).

A *ótica desenvolvimentista* foi aplicada em diversos momentos em muitos países, como Coréia do Sul e Taiwan e, especialmente, na América Latina, dado que o Estado exerceu papel ativo e relevante na industrialização da região, sob a liderança da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe, criada em 1948 pela ONU).

No contexto da América Latina, como observam Ferraz, Paula e Kupfer (2002, p. 555): “Sob a argumentação de Raul Prebisch, quanto à perversidade das relações desiguais entre países centrais e periféricos, que perpetuariam as restrições externas ao crescimento, a industrialização era vista como forma de promover o desenvolvimento das sociedades latino-americanas”.

Em sequência, comenta-se sobre política industrial sob a *ótica da inovação tecnológica*, onde a inovação se notabiliza como propulsora do desenvolvimento econômico, posto que pode alargar substancialmente o excedente econômico. Nesses termos, de maneira lógica, a conjunção entre a política industrial e a política tecnológica resulta em nova categoria analítica: *a política de inovação*. As origens dessa corrente foram semeadas pelo economista Joseph A. Schumpeter (1883-1950) na primeira metade do Século XX. A principal contribuição desse pensador foi introduzir a inovação no cerne das análises sobre desenvolvimento econômico e o empreendedorismo.

Na fase atual do modo de produção capitalista, que se notabiliza por ser altamente competitiva, as *inovações tecnológicas*, sejam físico-químicas, sejam biológicas ou de outra natureza, devem ser consideradas como imperativos da competição entre as empresas, isto é, a expansão dos lucros se constitui no principal foco da *inovação tecnológica*.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Em suma, a mudança tecnológica se institui como origem do crescimento econômico, visto que é ela que aumenta a produtividade de determinado fator de produção ou de mais de um fator de produção, como a mão de obra (inovação do trabalho), as máquinas e equipamentos (inovação mecânica), os vegetais (inovação biológica), os adubos, defensivos e fertilizantes (inovações físico-químicas), os arranjos institucionais (inovações organizacionais), etc.

De acordo com Joseph Schumpeter (1982, p. 48), as *inovações tecnológicas* podem ser concebidas e materializadas de diversas maneiras:

- Introdução de novo bem, ou seja, um bem com que os consumidores não estiverem familiarizados, ou de uma nova qualidade de um bem;
- Introdução de novo método de produção;
- Abertura de novo mercado;
- Conquista de nova fonte de oferta de matérias primas;
- Estabelecimento de nova organização de qualquer indústria, como criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio;

Para Scherer e Magno (2016, p. 15):

A inovação não é simplesmente algo novo. É algo novo que traz resultados para a empresa. A inovação é a exploração de uma nova ideia com sucesso, resultando em grande retorno. Nesse sentido, inovação não deve ser vista somente como o desenvolvimento de um novo produto. Pode também estar vinculada a novos modelos de negócio, mercados e serviços, a novas formas de gestão, ao desenvolvimento de uma marca, à criação de plataformas tecnológicas e, até mesmo, à formação de canais de distribuição.

Embora a obra inicial de Joseph A. Schumpeter tenha raízes na Escola Neoclássica, ela enfatiza a influência das inovações sobre o crescimento econômico:

A interessante visão schumpeteriana colocou a ênfase sobre os investimentos autônomos que incorporavam as inovações técnicas. Essas últimas são as bases do crescimento econômico e dos novos empregos porque promovem a mudança da estrutura produtiva (THIRLWALL, 2005, p. 28).

De acordo com os elementos desse quadro teórico, ao se constatar que a inovação, o crescimento e as transformações acontecem de modo sincronizado no modo de produção capitalista, naturalmente se deduz que esse pensador atribui ênfase, não ao crescimento, mas ao desenvolvimento econômico, que, para ele: “É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1982, p. 47).



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Por consequência, fincadas nesse terreno cognitivo, Schumpeter “inaugurou” a economia evolucionária, em contraponto às visões ortodoxas, em geral, estáticas. Nascia, assim, através dos aportes dos neoschumpeterianos, a economia evolucionária e dinâmica, como diz Possas (2002, p. 415): “... por analogia aos avanços da biologia evolucionista moderna”. À luz dessa lente teórica:

A evolução da economia é vista ao longo do tempo (e por isto é evolucionária e dinâmica) como baseada num processo ininterrupto de introdução e difusão de inovações em sentido amplo, isto é, de quaisquer mudanças no “espaço econômico” no qual operam as empresas, sejam elas mudanças nos processos produtivos, nas fontes de matérias-primas, nas formas de organizações produtivas, ou nos próprios mercados, inclusive em termos geográficos (POSSAS, 2002, p. 418).

Dessa maneira, para os neoschumpeterianos, como realçam Suzigan e Furtado (2006, p. 165): “A política industrial é ativa e abrangente, direcionadas a setores ou atividades industriais indutoras de mudança tecnológica e ao ambiente econômico e institucional como um todo”. Como se nota, como resultado das maturações desenvolvidas ao longo do tempo, as políticas industriais sob essa cognição se cristalizam como verticais ou seletivas.

Por conseguinte, é natural se inferir que, em decorrência das características da economia de Mato Grosso, abordadas na primeira parte deste Relatório, a aplicação desses ensinamentos pode alcançar estratégicos e relevantes resultados, dado que as *políticas inovativas* (industriais e tecnológicas) cuidadosamente formuladas e implementadas podem atuar como indutoras do crescimento econômico e como redutoras das desigualdades regionais, além das desigualdades pessoais e funcionais de distribuição de renda.

De acordo com Kupfer (2005, p. 143): “Dada a fragilidade fiscal e financeira do Estado brasileiro, a política industrial terá de recorrer mais a instrumentos de regulação e coordenação e menos a incentivos e subsídios fiscais e financeiros”. Por oportuno: “Define-se regulação como qualquer ação de governo no sentido de limitar a liberdade de escolha dos agentes econômicas”, como afirmam Pinto Jr e Fianni (2005, p. 515).

Por seu turno, enquanto política industrial, a coordenação se suporta nos enfoques sistêmicos, notadamente nos aportes que versam sobre as Cadeias Produtivas, constituídas por diversos elos e usualmente usuárias de ações, estratégias e de políticas econômicas voltadas para a melhoria da eficiência sistêmica e/ou a coordenação entre esses liames.

Uma vez elaboradas essas sínteses teóricas, adentra-se na parte onde se procura integrar as análises anteriores.

3. RESUMO SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA DE MATO GROSSO E FOCOS PRIORITÁRIOS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS INOVATIVAS (INDUSTRIAIS E TECNOLÓGICAS), DENTRE OUTRAS SUGESTÕES



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Nessa parte do Relatório, analisa-se e discorre-se sobre a industrialização da economia de Mato Grosso e sobre alvos que podem ser prioritários na formulação de *políticas inovativas* (industriais e tecnológicas), além de outras sugestões. Antes, porém, duas indagações são necessárias:

- Pode-se assegurar que as *políticas inovativas* podem estabelecer diálogos generalizados e socialmente desejáveis com as características do crescimento econômico predominantes em Mato Grosso?
- Em decorrência dos elementos que conformam o quadro analítico delineado na economia de Mato Grosso: como os gestores públicos e os demais atores relevantes podem buscar avanços na industrialização regional?

A primeira parte deste Relatório evidenciou que, na economia de Mato Grosso durante os Séculos XVIII, XIX e XX, ocorreram beneficiamentos da cana-de-açúcar, da erva-mate, da poaia, da borracha, além da carne bovina, que, embora não tenham exibido acentuado dinamismo por tempo relativamente duradouro e sem nem mesmo apresentar maior intensidade ou abrangência territorial, assentadas em modelo extrativo, se constituíram nos primeiros passos do beneficiamento dos produtos de origem agropastoril, voltados predominantemente para o consumo interno.

Cultivados com base em modelos majoritariamente extrativos, o beneficiamento dos bens de origem agropastoris deixou herança econômica bem-definida. Inicialmente, o eixo principal da comercialização desses bens manteve-se circunscrito à economia regional, voltados para a subsistência dos seus habitantes. Em seguida, sobretudo, a partir do final do Século XIX, com a comercialização da borracha para outros países, parte da comercialização da economia regional se voltou para o ambiente externo, definindo o surgimento e posteriormente o fortalecimento do modelo predominantemente primário-exportador (PEREIRA, 1996, p. 25).

Alicerçada nesses legados e com o protagonismo de organizações modernas com elevada escala, que se inserem no mercado mundial de maneira extremamente competitiva e globalizada, a economia de Mato Grosso passou a exibir crescente dinamismo a partir do final do Século XX, quando a produção de soja passou a se constituir no produto mais destacado.

Com base nesses resultados e informações preliminares, como devemos entender a industrialização da economia de Mato Grosso? Conforme abordado, os aumentos das atividades industriais em tempos idos e nos atuais estão estruturalmente suportados na agropecuária regional, refletindo, originalmente através do beneficiamento, posteriormente, da agroindustrialização, simples extensão do setor primário. Como resultado lógico desses entendimentos, ainda não se presenciam na economia de Mato Grosso, com relevância estatística, atividades indústrias que possam ser consideradas autônomas ou dissociadas do setor agropecuário.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Diante dessas estatísticas e análises, importante inferência pode ser feita: em termos qualitativos, a industrialização corrente ou atual de Mato Grosso não difere substancialmente dos seus tempos primórdios, ou seja, embora os bens tenham mudado, não estamos muito distantes em termos de qualidade do modelo vivenciado com as culturas da erva-mate, da poaia e da borracha, visto que a economia de Mato Grosso ainda se movimenta, nitidamente, nucleada em modelo primário-exportador.

Com a finalidade de fazer contraste ou comparação com outros espaços ou regiões, citam-se exemplos de industrialização atinentes ao ambiente internacional e nacional. A economia japonesa construiu as bases da sua industrialização com fechamento rigoroso do mercado interno à entrada de produtos industrializados oriundos de outros países e com clara conexão com as políticas tecnológicas e tributárias, durante os anos cinquenta e sessenta do Século XX (EHRKE, 1996, p. 71).

Ainda na Ásia, com forte introdução da concorrência através de restrições ao monopólio estatal e com ampla abertura do país ao mercado mundial, a China vivenciou impressionante crescimento econômico, alicerçado no incremento da produção industrial. Por sua vez, Coréia do Sul e Taiwan, inspirados nos modelos do Japão e da China, também experimentaram incomuns experiências de industrialização em anos recentes (EHRKE, 1996, p. 71).

Podem ser citados inúmeros outros exemplos de industrializações exitosas, como o do Vale do Silício (Califórnia, EUA) e os oriundos da economia brasileira, cujos primeiros passos, no Século XIX, foram dados a partir da acumulação de capital (excedente) realizada pelos cafeicultores.

No Brasil, a industrialização tem sido amplamente estimulada pelas políticas industriais. Para tanto, é suficiente se recordar que o incremento acentuado da industrialização nacional, notadamente nos anos quarenta e cinquenta do século XX, inspirada nas premissas da CEPAL e direcionada para os bens de consumo duráveis, não duráveis e para os bens de capital (indústrias de base), foi amplamente impulsionada pelas políticas de substituição das importações.

Após vivenciar amplo período em que as políticas industriais não foram priorizadas em decorrência do predomínio dos preceitos do liberalismo econômico, onde o mercado se movimenta de forma autossuficiente para a alocação dos recursos, os principais planos implementados na economia brasileira nos primeiros anos do século corrente, como citam Suzigan e Furtado (2010), foram:

- 2004-2007: Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE);
- 2008-2010: Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP);
- 2011-2014: Plano Brasil Maior (PBM).

Uma característica comum a esses três planos, em geral focados em setores ou segmentos de empresas (políticas industriais verticais ou seletivas), foi a afirmação e reafirmação do Estado como indutor, orientador, regulador e fomentador do crescimento econômico. Esses planos foram fortalecidos pela Lei da Inovação (2004) e pela Lei do Bem (2005), ambas focadas na concessão de incentivos fiscais, como contrapartida do investimento em atividades inovativas.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Outrossim, como se sabe, o mundo já presenciou quatro Revoluções Industriais, que transformaram amplamente as relações sociais e os processos produtivos que lhes dão suporte. Em específico, a Quarta Revolução Industrial se pauta pela predominância da robótica, da inteligência artificial, da nanotecnologia, dentre outras tecnologias, e por múltiplas inovações tecnológicas.

Em complemento, como se vem afirmando, seja no ambiente acadêmico, seja no seio dos formuladores de políticas econômicas, com raras exceções, dificilmente uma economia alcança indicadores satisfatórios de desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural, sem se distanciar gradualmente das etapas em que predominam as atividades agropastoris e, assim, adentrar em fases em que a industrialização seja mais ampla e, conseqüentemente, revele proeminência em relação aos indicadores relativos aos demais setores.

Nesse cenário, por natural, como diversas vezes comentado, emergem múltiplas reflexões e dúvidas sobre os caminhos que a economia de Mato Grosso pode trilhar para que seus indicadores de desenvolvimento econômico exteriorizem melhor desempenho que os atualmente performados. Os métodos de pesquisa ofertados pelas pesquisas socioeconômicas, por lógico, podem apontar ou sinalizar um ou mais desses caminhos.

Uma das alternativas mais promissoras que podem ser inferidas dos ensinamentos de Joseph A. Schumpeter e dos neoshumpeterianos é que a industrialização de uma economia que é ou deseja ser evolucionária e dinâmica deve prioritariamente se apropriar das ofertas competitivas das matérias-primas ou insumos produzidos em seu próprio território. Segundo essas premissas teóricas esse seria itinerário natural para o alcance do desenvolvimento econômico e de todos os resultados socialmente desejáveis ou externalidades positivas que ele naturalmente proporciona.

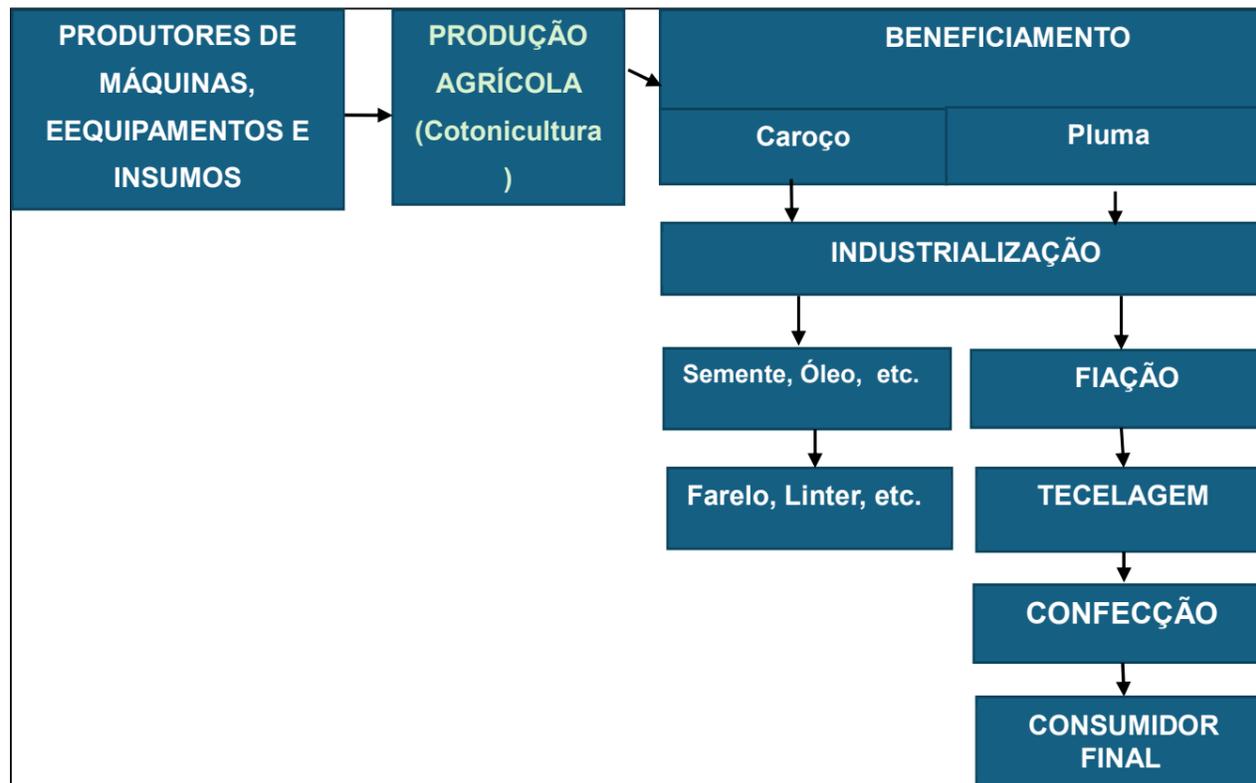
Essa reflexão naturalmente vincula futuras etapas da agroindustrialização e da industrialização com os bens de origem agropastoris produzidos em abundância domesticamente. Uma vez concretizadas essas etapas, logicamente aumentar-se-ia o adensamento das cadeias produtivas na extensão territorial de Mato Grosso. Como exemplo dessa discussão e para se ilustrar essa análise, ilustra-se a seguir com a cadeia produtiva do algodão herbáceo.

Existem dois tipos distintos de algodão: o arbóreo (cultura permanente) e o herbáceo (cultura temporária). O algodão arbóreo praticamente inexistente em Mato Grosso. Considere a figura 1 como ilustração dos principais elos ou segmentos que fazem parte da cadeia produtiva do algodão herbáceo.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Figura 1 - A Cadeia produtiva do algodão herbáceo



Fonte: Elaborado pelo autor;

Considerando os recortes estabelecidos na Figura 1 e com foco no elo situado a montante (antes) da Produção Agrícola, os produtores de máquinas, equipamentos e insumos (fertilizantes, agrotóxicos, etc.), em sua grande maioria, se localizam fora da extensão territorial de Mato Grosso, muitas fora do país.

Também como se nota na figura 1, imediatamente a jusante da Produção Agrícola, alojadas no elo denominado de Beneficiamento, situam-se as empresas que beneficiam o algodão em caroço, denominadas de “algodoeiras”, responsáveis pela separação da pluma do caroço. Como observação, muitas vezes, as “algodoeiras” estão localizadas na própria “fazenda” do cotonicultor, implicando, na prática, na coexistência desses dois elos na mesma extensão territorial.

Por seu turno, localizando-se depois do *beneficiamento*, o caroço e a pluma seguem trilhas distintas. De modo geral, enquanto o caroço se destina para ser usado como semente -para gerar novos plantios de algodão- e à extração de óleo, a pluma vai se constituir na principal matéria-prima da indústria têxtil (Fiação, Tecelagem e Confecção).

Com respeito ao elo ou segmento da Produção Agrícola em Mato Grosso, é amplamente conhecido que a área cultivada e a produção de algodão em caroço cresceram de forma expressiva nos anos mais recentes, conforme revelam as tabelas 4 e 5. Retornando à figura 1, enquanto o primeiro elo da cadeia produtiva do algodão (Produção de Máquinas, Equipamentos e Insumos) está praticamente desabitado em Mato Grosso, o segundo segmento (Produção Agrícola (Cotonicultura)), de forma muito



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

diferente do primeiro, se caracteriza por acentuado dinamismo e invejável vigor produtivo, com a presença de incremento de área cultivada ou plantada, quantidade produzida e lucro auferido.

Uma vez mais: nos anos correntes se constata incomum dinamismo na produção de algodão herbáceo em Mato Grosso e de outras variáveis influenciáveis pelo aumento desse processo, revelando que o elo da cotonicultura experiencia significativa vitalidade econômica, contudo, de maneira nitidamente diferente, verifica-se o quase despovoamento de organizações no elo de Produção de Máquinas, Equipamentos e Insumos, assim como nos elos de Fiação, Tecelagem e Confecção.

Logo, como os elos concernentes à industrialização (Fiação, Tecelagem e Confecção), também estão quase desabitados por empresas, excetuando-se pequenas e médias, inseridas no segmento de Confecção, se torna absolutamente necessário que as *políticas inovativas* (industriais e tecnológicas) priorizem o crescimento e/ou emergência dessas partições da industrialização têxtil da economia de Mato Grosso.

A análises análogas às realizadas para a cadeia produtiva têxtil podem ser feitas para muitas outras cadeias produtivas em Mato Grosso, como a centrada na bovinocultura, ofertante de matérias-primas ou insumos, dentre outras, para a indústria de couro e calçados. O expressivo aumento da população bovina em Mato Grosso pode ser visualizado nas tabelas 7 e 8.

Por oportuno, Morceiro e Guilhoto (2020) usam método bem definido, que mensura *o coeficiente importado de insumos e componentes comercializáveis (CIICC)*, para se investigar com precisão o adensamento de cadeias produtivas. O maior adensamento das cadeias produtivas em Mato Grosso traria consigo inúmeras vantagens, como afirmam Morceiro e Guilhoto (2020, p. 4):

Na medida em que os segmentos industriais vão se adensando eles geram: i) *economias externas* à la Marshal (1890) para outros segmentos, isto é, transbordamentos e ganhos sinérgicos em termos de tecnologia, mão de obra qualificada, infraestrutura logística e fornecedores especializados; ii) investimentos complementares à la Hirshmann (1958); e iii) reduz os custos de produção de produtos novos (Hausmann; Rodrik, 2003) e propicia a diversificação produtiva (Rodrik, 2005). Logo, o esgarçamento dos segmentos industriais provoca efeitos contrários aos mencionados, além da diminuição dos encadeamentos intersetoriais.

É desnecessário se afirmar que as vantagens decorrentes do crescimento da industrialização de diversos elos das cadeias produtivas contribuem para a redução das desigualdades regionais e pessoais da distribuição de renda e ampliam a demanda de emprego de mão de obra, dado que, além do incremento da industrialização em determinados elos, haveria transbordamento desse dinamismo para outras cadeias produtivas, diversificação produtiva, decréscimo de custos de produção, etc..

Entretanto, quando se analisa o desenvolvimento econômico pela *ótica da inovação* (políticas industriais e tecnológicas) deve-se reconhecer que o cenário nem sempre se delineia com cores otimistas, sobretudo porque nele pairam muitos riscos e incertezas. Por outro lado, segundo essa linha de raciocínio, o desenvolvimento econômico depende visceralmente da geração e da difusão de tecnologias. Destarte, a pergunta emblemática é: Como essa geração e difusão se viabilizariam?



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

Em primeiro lugar, verifica-se que em Mato Grosso inexistem um C,T&I (Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação), dado que, embora se presenciem organizações que atuam de forma autônoma ou isolada, não se identificam cenários que possam ser tipificados como sistêmicos. Esse quadro, contudo, não é privativo da economia do Estado, dado que, o sistema encontra muitas dificuldades para se viabilizar com o mínimo de eficiência e qualidade no ambiente nacional.

O principal entrave da criação e da difusão da *inovação tecnológica* é que para exercer seu papel social, as novas tecnologias necessariamente devem ser consideradas como bens públicos e, portanto, não rivais e não excludentes. Esse resultado não é factível se o Estado não liderar e coordenar o C,T&I. O exercício ou prática eficiente dessa coordenação se revela problemático porque deve-se administrar interesses de diversas organizações, como empresas, universidades, entes públicos, sindicatos patronais e laborais, etc. Mas, como ser difícil, não é sinônimo de ser impossível, é preciso se avançar na direção de um C,T&I em Mato Grosso.

Ainda sobre esse assunto, quando se pensa na política industrial em sentido amplo, é exatamente por essa razão que:

Toda essa discussão remete a duas questões centrais em qualquer estratégia de política industrial: comando político e coordenação. A questão política desdobra-se em duas: em primeiro lugar e acima de tudo, a adoção de uma política industrial como estratégia de desenvolvimento deve ser objeto de decisão política. E, em segundo lugar, a estratégia deve ser coordenada por uma liderança política incontestável (SUZIGAN e FURTADO, 2006, p. 6).

Quanto à coordenação:

Há duas observações importantes sobre essa forma de coordenação por meio da política industrial: primeiro, é uma colaboração estratégica entre governo, empresas e entidades do setor privado tendo em vistas as metas da política industrial. Segundo, implica criar instituições específicas, com formato de órgãos colegiados, como instâncias consultivas, deliberativas e decisórias (SUZIGAN e FURTADO, 2006, p. 6/7).

Nessas circunstâncias, para se reforçar as políticas internas voltadas para a redução das desigualdades regionais, como pode se apreender da apresentação realizada na Câmara Setorial Temática pela Coordenadora Geral de Articulação, Planos e Projetos Especiais da Superintendência do Centro-Oeste (SUDECO), Geórgia Carolina Capistrano da Costa, não obstante se verifiquem ações efetivas e concretas no Estado nesse sentido, é absolutamente imprescindível que as instituições públicas de Mato Grosso continuem se esforçando por maior envolvimento -com participação política mais contundente- nos planos implementados para o país, como o PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional, formulado pelo Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional), assim como para as macrorregiões, como o PRDCO (Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, formulado pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), etc.

Em sequência, embora o assunto não tenha sido discutido em nenhuma das reuniões da Câmara Setorial Temática, se constata que, em Mato Grosso, assim como no país, a pobreza e a desigualdade da



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

distribuição de renda afetam mais intensamente as mulheres e as pessoas negras, conforme se verifica nos indicadores de analfabetismo anotados nas tabelas 9 e 10.

Tabela 9: Taxa Analfabetismo: Homens e Mulheres: Mato Grosso: 2016 a 2022 (%)

	2016	2017	2018	2019	2022
Homens	5,40	5,90	6,40	5,50	4,70
Mulheres	6,30	6,10	6,40	5,80	5,20

Fonte: www.ibge.gov.br/pnad, acesso em 17 maio 2024;

Uma inferência da tabela 9 é imediata e direta: as taxas de analfabetismo pertinentes às mulheres se sobrepõem às dos homens, com exceção da igualdade verificada em 2018. Desse modo, sejam estaduais, sejam nacionais, as políticas públicas empreendidas tendentes ao decréscimo das discriminações não têm sido eficazes em promover a igualdade das taxas de analfabetismo entre os gêneros em Mato Grosso. Esse fato, por lógico, se configura em instigante e desafiadora dívida social.

Tabela 10: Taxa de Analfabetismo: Mato Grosso: Pessoas Brancas e Pretas ou Pardas: 2016 a 2022 (%)

	2016	2017	2018	2019	2022
Branca	4,30	3,80	4,00	3,70	3,80
Preta ou Parda	6,50	7,10	7,50	6,40	5,40

Fonte: www.ibge.gov.br/pnad, acesso em 17 maio 2024;

Conquanto exibam trajetórias diferentes, os dados da tabela 10 explicitam evidência inequívoca: as taxas de analfabetismo das pessoas pretas ou pardas, de 2016 a 2022, são sempre superiores às taxas das pessoas brancas. Por óbvio, cenário com a presença dessa assimetria, impõe conclusão óbvia: a maior taxa de analfabetismo das pessoas pretas ou pardas decorre de racismo estrutural infiltrado nas nossas históricas relações sociais. Essa evidência pode ser reduzida ou eliminada com apropriadas políticas públicas.

Por fim, a despeito de se repetir comentários já abordados, finaliza-se com as seguintes sugestões:

- Para se dar os primeiros passos para a criação de um C,T&I (Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação) em Mato Grosso deve iniciar com organização para coordenar as políticas de inovações tecnológicas, voltadas para o incentivo do empreendedorismo e o maior povoamento dos elos das cadeias produtivas anteriormente mencionados:
 - Essas organizações são usualmente denominadas de *Parques Tecnológicos*, que devem ser acompanhadas do crescimento do número de incubadoras (apoiam pequenas unidades) e aceleradoras (apoiam unidades com célere potencial de crescimento) de empresas. Essa



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

medida deve ser vista como urgente e imprescindível para a economia regional, em função das várias externalidades positivas ou efeitos difusos que ela propaga, além dos estímulos à cooperação entre empresas e entre empresas e instituições de ensino e pesquisa;

- A EMBRAPA, na área pública e na agropecuária, e a FUNDAÇÃO MATO GROSSO, na esfera privada e no ambiente agropastoril, exercem de maneira exemplar seus papéis como protagonistas de inovações e de difusão tecnológica, notadamente, biológicas. Entrementes, no cenário industrial, um ente congênere inexistente em Mato Grosso;
 - Além disso, como orienta Nassif (2003, p. 87), deve-se buscar “Melhora significativa dos padrões educacionais em sentido amplo (educação básica, média e superior e qualificação da mão-de-obra, incluindo treinamento técnico e inclusão digital), bem como maior integração e sinergia entre os sistemas de ciência básica (universidades e centros de pesquisa) e aplicada (empresas), orientados para o aparelhamento de um sistema nacional de inovação”;
- Discussão e encaminhamentos sobre os traçados dos principais eixos viários em Mato Grosso e suas funcionalidades com a industrialização da economia regional:
- De modo geral, os eixos viários da economia regional foram idealizados e traçados para o escoamento da produção agropecuária para os portos marítimos, notadamente da soja. As BRs: 364, 070 e 163, historicamente atuaram com essa lógica;
 - Nos itinerários ora sendo projetados para duas Ferrovias: a FERROGRÃO, conectando o Norte de Mato Grosso à Miritituba (PA) e a FICO (Ferrovia de Integração do Centro-Oeste), ligando Mato Grosso a Goiás, esse pressuposto ou lógica também se faz presente. Particularmente, a FERROGRÃO foi concebida para ligar a “roça” aos portos marítimos, porquanto, o destino do eixo viário é sempre o porto marítimo, caminho natural para a exportação da soja e de poucos outros bens agropastoris produzidos no Estado;



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

- Não se percebe a projeção de eixos viários voltados para estimular ou incentivar a industrialização, isto é, apenas subsidiária ou indiretamente, esse fato se verifica. Assim, nas políticas de logística e de infraestrutura regionais, a industrialização nunca se constituiu em prioridade para os traçados dos eixos viários;
 - Como ilustração, verifica-se quão importante será para o incentivo da industrialização de Cuiabá e de Várzea Grande o prolongamento dos trilhos da Ferrovia Vicente Emílio Vuolo de Rondonópolis até esses dois municípios;
 - A densidade demográfica e a dimensão da população dos municípios a serem conectados representam indicadores úteis para a definição de traçados de eixos viários incentivadores da industrialização.
- Revisão da Lei 7.958/2003 (Lei do PRODEIC (Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial)), de modo que essa norma possa contribuir de forma explícita para a redução das desigualdades regionais. O Índice de Condições e Qualidade de Vida de Mato Grosso (ICQV-MT), estimado pela SEPLAG/MT, pode atuar como “orientador” dessas alterações;
- Inserção nos programas, diretrizes e dotações três principais ferramentas de planejamento: PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual), de políticas que contribuam para a redução das desigualdades da distribuição de renda entre regiões, entre homens e mulheres, assim como para a melhoria das oportunidades laborais e de empreendedorismo para as pessoas negras.



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, A. L. A questão regional urbana sob a ótica das desigualdades territoriais. Cáceres-MT: Editora Unemat, 2005;
- CLEMENTE, A. Espaços Econômicos e Regiões. In: CLEMENTE, A., HIGACHI, H. **Economia e Desenvolvimento Regional**. São Paulo, Atlas, 2000;
- EHRKE, M. A Política Industrial no Japão. In: MATHIEU, H. A Nova Política Industrial: o Brasil no Novo Paradigma. São Paulo: Marco Zero, 1996;
- FERRAZ, J. C. PAULA, G. M.; KUPFER, D. Política Industrial. In: KUPFER, D. e HASENCLEVER, L. (Org.) **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002;
- HAUSSMANN R.; RODRIK, D. Economic Development as self-discovery. *Journal of Development Economics*, v. 72, n. 2, p. 603-633, 2003;
- HISCHMANN, A. O. The strategy of economic development. New Haven: Yale University Press;
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): www.ibge.gov.br, Acesso em 14, 15 e 16.05.2024;
- KON, A. **Economia Industrial**. São Paulo, Nobel, 1994;
- KUPFER, D. Política Industrial, Infra-Estrutura e Inovação. In: SOBREIRA, R; RUEDIGER, M. A. (Org.); **Política Econômica**. Rio de Janeiro: FGV, 2005;
- LIST, F. G. Sistema Nacional de Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [Tradução do original alemão de 1841];
- MARSHALL, A. Princípios de Economia Política. São Paulo, Abril Cultural, 1983, [Coleção: Os Economistas, Tradução do original de 1890];
- MORCEIRO, P. C., GUILHOTO, J. J. M. Adensamento produtivo e esgarçamento do tecido industrial brasileiro. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 3(70), p. 835-860, set-dez/2020;
- NASSIF, A. Uma Proposta de Política Industrial para o Brasil, **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 79-120, dez. 2003;
- PEREIRA, B. D. **Industrialização da Agricultura de Mato Grosso**. Cuiabá, EdUFMT, 1996;
- PEREIRA, B. D. **Agropecuária de Mato Grosso: Velhas Questões de uma Nova Economia**. Cuiabá, EdUFMT, 2012.
- PERROUX, F. A. A economia do século XX. Trad. José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967;
- PINTO Jr. H.; Q. FIANNI, R.; Regulação Econômica. In: KUPFER, D. e HASENCLEVER, L. (Org.) **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002;
- POSSAS, M. L. Concorrência Schumpeteriana. In: KUPFER, D. e HASENCLEVER, L. (Org.) **Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002;
- RAMOS, P. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural), **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 141-156, 2001;
- RODRIK, D. Policies for economic diversification. *CEPAL Review*, v. 87, p. 7-23, 2005;



ESTADO DE MATO GROSSO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
NÚCLEO DAS CÂMARAS SETORIAIS TEMÁTICAS

SCHERER, F. O.; MAGNO, M. S.; Gestão da Inovação na Prática. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2016;

SOUZA, N. J.; **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Atlas, 1997;

SUZIGAN, W; FURTADO, J. Política Industrial e Desenvolvimento, **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 2 (102), pp. 163-185, abril-junho/2006;

SUZIGAN, W; FURTADO, J. Instituições e políticas industriais e tecnológicas: reflexões a partir da experiência brasileira, **Estudos Econômicos** 40(1), 7-41, 2010.